

Identificação

Título do Grupo: Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social e Práticas Educativas

Líder do grupo: Profa. Dra. Tânia Maria de Freitas Rossi

Área predominante: Interdisciplinar

Descrição do Projeto: Apresenta-se a proposta de criação do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão social e Práticas Educativas, com vistas ao acolhimento e chancelamento institucional. Trata-se de uma equipe de natureza interdisciplinar e interinstitucional que tem como objetivo examinar a expansão de matrículas na Educação Superior, seus objetivos e mecanismos, suportes e práticas pedagógicas, tendo como contraponto a ordem democrática, o papel social e econômico que pretende desempenhar nas políticas de inclusão e participação social. O Grupo pretende articular ensino, investigação científica e extensão, contribuindo para consolidar o perfil universitário das Faculdades Icesp de Brasília.

Critérios de análise:

<i>CRITÉRIOS DE ANÁLISE</i>	<i>NOTA</i>	<i>NOTA MÁXIMA</i>
Titulação do proponente do projeto (especialista = 1 ponto, mestre = 2 pontos, doutor, pós doutor e livre docente = 3 pontos).	3	3
Experiência em orientação de trabalhos de conclusão de curso (graduação = 1 ponto, especialização = 2 pontos, mestrado e doutorado = 3 pontos).	3	3
Envolvimento do Projeto (alunos de apenas um curso = 1 ponto, alunos de mais de um curso = 2 pontos). Observação: se envolve a comunidade = mais 1 ponto.	3	3
Publicações do grupo de professores proponentes do projeto (uma publicação nacional = 0.5 ponto; uma publicação Qualis B = 1 ponto; uma publicação Qualis A = 2 pontos; mais de 3 publicações entre os Qualis A e B = 3 pontos).	3	3
É orientador de TCC, em dia com o curso de qualificação de orientadores de TCC oferecido pela CGTCC e em dia com suas obrigações. Caso afirmativo, anotar 1,0 ponto. (grupo de professores)	1	1

Mérito técnico-científico, originalidade, definição dos objetivos e a sua adesão aos termos deste edital.		2
Adequação do método a ser utilizado no projeto ao(s) objetivo(s) proposto(s).		2
Aplicabilidade e relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social aplicada às diferentes áreas do conhecimento.		2
O potencial multiplicador do projeto para a geração de conhecimento e produtos tecnológicos.		1
Infraestrutura disponível na instituição para a realização das atividades de pesquisa relativas ao desenvolvimento dos projetos propostos.		1

Obs. A nota referente aos itens em cinza serão preenchidos pelo proponente do projeto.

Pesquisadores internos:

1. Nome: Edney Gomes Raminho
Titulação: Graduada em Letras, Especialista em Linguística
2. Nome: Alessandro Piantino
Titulação: Graduado em Letras, Especializata em Língua Portuguesa

Pesquisadores Externos:

3. Nome: Divaneide Lira Lima Paixão
Instituição de Procedência: Universidade Católica de Brasília
Titulação: Graduada em Pedagogia, mestre e doutora em Psicologia Escolar
4. Nome: Teresa Cristina Siqueira Cerqueira
Instituição de Procedência: Universidade de Brasília
Titulação: Graduada em Psicologia, mestre e doutora em Psicologia

Estudantes de Iniciação Científica

1. Nome: Dionisio Bruno Monteiro
Curso de origem: Membro externo
2. Nome: Thamara de Freitas Gioretti
Curso de origem: Pedagoga
3. Nome: Felipe Rodrigues
Curso de origem: Psicologia Organizacional e Pedagogia

Linha de Pesquisa:

1. **Título da Linha de Pesquisa:** Inclusão social e Práticas Educativas
2. **Área de aplicação:** Interdisciplinar com destaque para Políticas Públicas, Inclusão/Exclusão Social; Práticas Educativas
3. **Objetivo Geral da Linha de Pesquisa:** Examinar a expansão de matrículas na educação superior, seus objetivos e mecanismos, suporte e práticas pedagógicas, tendo como contraponto a ordem democrática, o papel social e econômico que pretende desempenhar nas políticas de inclusão e participação social.
4. **Palavras-chave:** Inclusão/Exclusão Social; Práticas Educativas; Democratização da Educação Superior
5. **Inserção na Linha de Pesquisa:** Todos os participantes estão associados à Linha de Pesquisa que orienta o Grupo de Estudo/Pesquisa e desenvolverão atividades de acordo com a especificidade de sua área.

Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social e Práticas Educativas

Resumo

Apresenta-se a proposta de criação do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão social e Práticas Educativas, com vistas ao acolhimento e chancelamento institucional. Trata-se de uma equipe de natureza interdisciplinar e interinstitucional que tem como objetivo examinar a expansão de matrículas na Educação Superior, seus objetivos e mecanismos, suportes e práticas pedagógicas, tendo como contraponto a ordem democrática, o papel social e econômico que pretende desempenhar nas políticas de inclusão e participação social. O Grupo pretende articular ensino, investigação científica e extensão, contribuindo para consolidar o perfil universitário das Faculdades Icesp de Brasília.

Palavras-chave: Democratização do acesso ao ensino superior; Educação; Inclusão Social.

1. Introdução/Justificativa

O Brasil vivenciou um período de crescimento acompanhado por condições macroeconômicas e políticas positivas: déficit fiscal baixo, diminuição significativa do endividamento externo e um avanço importante no apoio à democracia, apesar de o contexto econômico mundial atual encontrar-se pouco favorável. Em decorrência, o ano de 2007 assistiu a Organização das Nações Unidas inserir o país no grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, ombreando nações tidas como desenvolvidas. Imediatamente após, em 2008, alçou a posição de *investment grade* pelas agências internacionais de *rating*. Enquanto isto, os indicadores substantivos e também os simbólicos apontavam a ocorrência de um *boom* na classe C, que teve acesso à casa própria, carro,

computador, facilidades de crédito e carteira de trabalho assinada. Quase 30 milhões de brasileiros ingressaram na classe C (definida como nova classe média pela Fundação Getúlio Vargas), abrangendo 94,9 milhões de pessoas (50,5% do total da população), em 2009. No mesmo período, mais de 20 milhões subiram para as classes A e B, de renda maior. Os brasileiros que se enquadravam nas classes D e E passaram de pouco mais de 96 milhões para 73 milhões de pessoas (NERI, 2009).

De fato, na última década, o país vem, na mesma linha dos demais países da América Latina e do Caribe, articulando políticas de crescimento econômico com políticas de desenvolvimento social, de modo a promover o enfrentamento das desigualdades regionais e promover a inclusão social. A tentativa de redução da desigualdade vincula-se, principalmente, à atividade *redistributiva* do Estado, com destaque para os programas de transferência de renda e políticas focais nas áreas de saúde e de educação, com o comprometimento de criar políticas de trabalho para incluir os beneficiários do sistema de proteção social no mercado formal ou informal, operando a partir de um sistema de condicionalidades para a transferência.

Em 2010, 63 milhões de pessoas, dos 190,7 milhões tinham acesso às políticas sociais do Governo Federal implantadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, ou seja, quase um terço da população (GRYNSPAN, 2010). As perspectivas econômicas, para 2013, indicam que, apesar do fraco crescimento de 2012, as medidas macroeconômicas de incentivo ao investimento aplicadas pelo governo (corte de juro e alta do câmbio) terão impactos positivos, com o crescimento do Produto Interno Bruto-PIB projetado em 4%. Desde a ótica de 44% dos brasileiros, a economia vai melhorar, em 2013, embora tenha receio da inflação.

De todo modo, na análise de Conjuntura elaborada pelo PUC-SP (2013), a estimativa oficial do crescimento do Produto Interno Bruto do país aponta para uma taxa de cerca de 1%, com taxa básica oficial de juros (SELIC) de 7,25%. Para evitar o baixo crescimento, o Banco Central, em 2012, abaixou os juros e o

governo realizou um conjunto de desonerações tributárias, todavia, os menores juros não conseguiram estimular a economia. Com a alta inadimplência, os bancos reduziram os empréstimos e a indústria registrou queda de cerca de 2,3% na produção.

As incertezas em relação às mudanças regulatórias feitas pelo Governo desaguou no congelamento dos investimentos, entretanto, o consumo no varejo cresceu 8,9%, em 2012, estimulado pela renda crescente, desemprego em queda e farto crédito associado a desonerações de tributos da linha branca de produtos e da venda de veículos.

No setor exterior, no final de 2012, o país acumulou saldo negativo em relação à entrada de recursos em dólares no país, com déficit de US\$ 6,755 bilhões, em fevereiro, que foi coberto pelo fluxo de Investimento Estrangeiro Direto. Em função do crescimento econômico mais fraco, a balança comercial mostrava um déficit causado pelo aumento das importações de combustíveis e lubrificantes, que subiram 52% em relação ao mesmo período de 2012 contribuindo para a alta de 18% nas importações.

Apesar dos maus resultados do desempenho da economia, a arrecadação de impostos e de contribuições federais subiu e atingiu um valor recorde em 2012, equivalente a um crescimento de 0,7% acima da inflação quando comparado com o total de 2011. As contribuições pagas à Previdência Social, que estão relacionadas com os empregados que têm carteira de trabalho assinada, cresceram 5,63% em termos reais e as diferentes formas de recolhimento do imposto sobre a renda dos trabalhadores aumentaram entre 3,5% e 5% acima da inflação.

No cenário das políticas educacionais, o processo de universalização do ensino fundamental, que avançou a partir dos anos 1990, foi seguido pelo crescimento do ensino médio, mas o ensino superior registrou o maior feito: triplicou o número de matrículas, com a ampliação, na esfera pública, das redes das universidades federais e dos institutos de educação profissional e tecnológica

e, na esfera privada, a implementação de programas como o Prouni e do Fies, responsáveis pelo forte aumento da oferta de vagas na rede particular.

O desenvolvimento e o crescimento do país juntamente com as políticas sociais que pretendem garantir direitos e inclusão social alteraram a sua inserção internacional, entretanto, o cenário atual exhibe um processo de produção da pobreza estrutural globalizada (SANTOS, 2000) que, a despeito de concentrar-se em maior proporção nos países pobres, deixou de configurar uma pobreza local ou nacional para tornar-se uma pobreza estrutural decorrente do crescente desemprego, da degradação salarial e do tipo de ação de proteção social envidado pelo Estado.

As políticas sociais estão transformando a vida da população mais pobre e, ao mesmo tempo, gerando contradições importantes. A transferência de renda no contexto da política de Assistência Social, por exemplo, apresenta-se como um problema para o mercado formal de trabalho, com potencial para enfraquecê-lo. O Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda, cuja função era complementar os rendimentos do grupo familiar, também podem ser utilizados para substituir o trabalho remunerado, o que significa que as políticas públicas não logram gerar emprego e renda, mitigar a pobreza e promover a autonomia de seus beneficiários.

A expansão da oferta de educação superior, por intermédio da democratização do acesso à Educação Superior enfrenta o debate com a sociedade quanto à sua pertinência, qualidade e oportunidade. Apesar desse intenso crescimento observado no ensino superior, o percentual de acesso dos jovens é ainda muito restrito – abrange 19% na faixa etária de 18 a 24 anos (PNAD, 2009), quando o acesso ao ensino superior, em 1997, já atingia 45% dos jovens de 18 a 21 anos nos EUA e 69% na Coreia do Sul.

A parcela da população que ainda não tem acesso ao ensino superior é de 80% dos jovens com idade de 18 a 24 anos, dos quais a metade deles (48%) não possuem os requisitos formais para concorrer a vagas no ensino superior, pois 21% destes novos adultos não concluíram o ensino fundamental e 27% não

concluíram o ensino médio. Em outros termos, somente 33% dos jovens na faixa de idade de 18 a 24 anos concluíram o ensino médio, como mais alto nível de escolaridade, e dessa forma possuem os requisitos escolares formais para terem acesso ao ensino superior (ANDRADE, 2010). Estes números evidenciam que as matrículas no ensino médio devem ser duplicadas para atender a parcela jovem de 15 a 17 anos. A democratização do acesso ao ensino superior depende, pois, da ampliação do acesso e do número de concluintes no ensino médio e seu efetivo aprendizado.

Este cenário demanda, diuturnamente, a compreensão do funcionamento do sistema educacional, sua relação com as políticas públicas que tentam incidir sobre a melhoria do acesso e da qualidade de ensino e a superação das restrições decorrentes das clivagens sociais que se manifestam no interior de todo o sistema educacional – do ensino fundamental, médio e superior. Instaura o debate social, econômico e político sobre a “nova classe média” que é transversalizado pelo fenômeno da contemporaneidade. Indaga a mobilidade social vista desde a perspectiva do aumento do padrão de consumo, de acesso à renda e ocupações diversas, propalada nas instâncias hegemônicas. Interroga os processos de geração de inclusão social, tematizando esta categorias.

2. Delimitação da Linha de Pesquisa (Eixo temático: Inclusão/Exclusão Social)

Como definir ‘inclusão social’ no contexto atual? Qualquer tentativa de oferecer respostas irá considerar a participação de fatores extra-econômicos como liberdade de escolha individual, acesso a serviços públicos de saúde e educação de qualidade, acesso aos bens culturais, moradia condigna, na análise e na inter-relação destes fenômenos.

A polissemia e a polifonia reinam absolutas quando se trata de determinar o que é inclusão social e, de pronto, já apresenta o seu inverso: a exclusão social. Um termo se define a partir da negação do outro. Termo genérico, exclusão social

é utilizado para designar um conjunto heterogêneo de sujeitos, tais como, pessoas com deficiência, índios, menores, homossexuais, negros, mulheres, idosos, doentes mentais, desempregados etc. em determinadas situações de marginalidade, desigualdade, exploração econômica ou social, injustiça, pobreza, etc. Este cenário semântico gera matéria para a análise de problemas do processo de exclusão em sua complexidade, na medida em que não diz respeito a um fenômeno isolado. Contudo, abre espaço à imprecisão conceitual e indiferenciação quando se trata de focalizar fenômenos sociais e econômicos. O fundamental é destacar o caráter dialético do termo cuja existência se deve ao seu contraditório: a inclusão social. Um não existe sem o outro. Só há exclusão face à inclusão, fenômenos mutuamente determinados.

As políticas de inclusão que podem ser também consideradas de inserção social buscam gerar estratégias de integração de indivíduos ao sistema social, estratégias estas, que cumprem também outra função, a de manter sob controle as tensões sociais originárias do desemprego, da desigualdade de oportunidades e da pobreza extrema.

Para Foucault (1996), as formas de exclusão ou de interdição, como prefere designar, são objetivadas materialmente, mediante distintas justificativas e pretende ser transparente, sem dar lugar a contestação de sua objetividade. Este é justamente o lugar de sua inconsistência na medida em que diz acerca da aparência do fenômeno, da sua realidade empírica e não logra desvelar quem são os sujeitos concretos e os motivos pelos quais alguns estão dentro (incluídos) e outros fora (excluídos), não adentra a historicidade e espacialidade do fenômeno, fala de justificativas, mas não alinhava argumentos.

O binômio inclusão-exclusão tem o mérito de ampliar a compreensão de problemas que fazem parte das relações sociais no modo de produção capitalista, mas que não podem ser explicados tão-somente pela expropriação da terra ou pela apropriação do produto do trabalho, dos meios de produção e de sobrevivência. Não se trata apenas de não ter acesso à riqueza. Diz respeito, sobretudo, aos processos de opressão, de discriminação e de dominação. Se

desvela aspectos que ficam, muitas vezes, subsumidos na análise das relações de conflito entre polos antagônicos, o binômio inclusão/exclusão mostra-se limitado, impreciso e necessitando de rigor conceitual (Oliveira, 2004). Ademais, é impotente para a formulação de estratégias de ruptura com aquelas relações.

3. Detalhamento Linha de Pesquisa (do Eixo de Estudo e de Investigação)

A Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI - (BRASIL, 2005) visa garantir, aos estudantes que tenham cursado e concluído o Ensino Médio em escola pública, acesso gratuito à Educação Superior por meio do preenchimento de vagas remanescentes nas instituições particulares de ensino superior. Pretende atingir, também, pessoas com necessidades especiais, negros, indígenas e atletas; professores da rede pública de ensino. Em troca da isenção fiscal, as instituições particulares passaram a oferecer bolsas de estudo para os cursos de graduação e os sequenciais de formação específica, de acordo com os seguintes critérios: bolsistas integrais deveriam ter renda familiar *per capita* igual ou menor que um salário mínimo e meio e, para ter direito às bolsas parciais (50 e 25%), ter renda familiar *per capita* menor que três salários mínimos. Tal iniciativa decorreu da impossibilidade de as instituições federais atenderem à demanda já concentrada.

A Lei pretendeu incrementar as possibilidades de jovens, com faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos, advindos de estratos economicamente desfavorecidos da população, a terem acesso à Educação Superior, e, assim, garantir que o governo alcançasse 30% de jovens nesta faixa de idade, matriculados no ensino superior, meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2005) para o final dos anos 2000.

A política pretendeu beneficiar os estudantes aptos a prosseguirem os estudos em nível superior e às instituições particulares que aproveitaram o

número de vagas ociosas e conquistaram isenção fiscal. Não obstante, com tais políticas públicas de educação superior, houve a transferência da expansão deste nível de ensino para o setor privado, por meio da mercantilização do ensino, em consonâncias com os ideais neoliberais. As iniciativas cuja implementação é anterior à década de 1990, aceleraram o crescimento do acesso ao ensino superior por intermédio do aumento do número de matrículas nas instituições particulares, da diversificação da oferta de curso, e da racionalização dos recursos nas Instituições Federais de Educação Superior (OLIVEIRA et al., 2008).

A expansão do acesso não contou, entretanto, com medidas estruturais que garantissem, de modo efetivo, a permanência e a qualidade da formação recebida. Sabe-se que, historicamente os estudantes do egressos da rede pública não logravam acesso à educação superior nas instituições federais, pois não eram aprovados nos concursos de vestibular em função da baixa qualidade da formação acadêmica recebida em seu processo de escolarização. Para prosseguirem os estudos, aqueles com maior poder aquisitivo recorriam à rede particular de ensino, que ainda exigiam provas para ingresso, e os demais inviabilizados do acesso ao ensino superior, ingressavam no mercado de trabalho sem qualificação profissional.

Com a expansão do acesso e abertura do mercado de educação superior, as vagas, hoje, estão disponibilizadas na rede privada como mercadoria e a matrícula é quase automática. Não são necessários exames que atestem a qualificação alcançada na educação básica. Estabeleceu-se uma disputa e uma concorrência férrea entre as instituições particulares por alunos do PROUNI. A captação de novos estudantes, de transferências daqueles matriculados nas concorrentes e o rebaixamento do nível de ensino como incentivo à permanência na Instituição são alguns dos problemas flagrantes do cenário atual.

Schwartzman (2003) sinaliza que a educação superior no Brasil visa, principalmente, oferecer vias de mobilidade social para grupos sociais emergentes, e formar profissionais com qualificação para atuarem no mercado de trabalho.

A despeito da expansão das matrículas na educação básica e do vertiginoso crescimento do ensino superior, o cenário da desigualdade social e econômica não se alterou e a expansão configurou um quadro de matrículas mais elitista do que o verificado no início da década (TAVARES JUNIOR, 2011).

Ainda que tematize os ganhos sociais e econômicos advindos do processo de educação formal, a literatura concorda que a educação superior configura, potencialmente, melhores perspectivas de promover qualificação profissional, mobilidade social e agregar valor econômico e constitui o nível de ensino em maior expansão no país, com seus limites e possibilidades.

A estratificação vertical e a horizontal proporcionada pela educação evidencia uma relação inversamente proporcional à sua distribuição: quanto maior a distribuição e acesso às oportunidades educacionais, menor a mobilidade social que proporcionará, movimento que decorre da natureza social e econômica que caracterizam os serviços educacionais na economia posicional (HIRSCH, 1979). Em outras palavras, quando há o incremento e expansão do acesso à educação, os efeitos sociais esperados serão menores e terão a qualidade e seu poder social comprometidos. Se um grupo social possui hegemonia sobre determinados bens e serviços, exercerá controle a seu acesso, para garantir o privilégio. Quanto mais limitado o acesso aos bens e serviços na economia posicional de Hirsch, maior será o valor econômico e social que deterá.

Ressalta-se, nesta dinâmica, que escolaridade e renda apresentam correlação forte e positiva, ampliando o desejo de acesso, as expectativas de mobilidade e o agravamento das desigualdade para aqueles que não logram superar os obstáculos internos ao sistema educacional. O fato é que a educação, por muito tempo, considerada um agente de mobilidade ascendente, a despeito do estrato social de origem do indivíduo, hoje, tende a deixar de ser agente de equidade para ser mera perpetuadora dos mecanismos de desigualdade. Por um lado, a procura e o acesso a determinados cursos superiores mostram que há uma divisão clara entre carreiras de maior ou menor prestígio e uma tendência à

desigualdade e à reprodução social. O futuro profissional do estudante está fortemente determinado por sua origem social.

Por outro, o binômio educação básica particular e educação básica pública não apenas perpetua a origem e condição social do estudante como também, aliando-se à “educação complementar” determina o acesso à instituição de educação superior. Os egressos da escola pública serão os estudantes das instituições de ensino superior privadas e os egressos das escolas particulares chegarão às instituições públicas. As contradições infra-estruturais desaguam na mesma vala comum: a desigualdade social e econômica que emoldura a exclusão social.

Cabe às instituições de educação superior contribuir para a universalização da educação de qualidade, base do desenvolvimento econômico e social individual e coletivo, assegurar que o incremento da capacidade produtiva, enquanto resultado de investimento na elevação dos níveis de aprendizagem, seja capaz de aumentar não apenas a produção de riquezas, mas, também, a formação humanística, a inserção e participação social de cada estudante, na ordem democrática.

É neste contexto que é imprescindível examinar a expansão de matrículas na Educação Superior, seus objetivos e mecanismos, suportes e práticas pedagógicas, tendo como contraponto a ordem democrática, o papel social e econômico que pretende desempenhar nas políticas de inclusão e participação social, linha de pesquisa deste Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social e Práticas Educativas.

4. Objetivos da Linha de Pesquisa

4.1 Objetivo geral:

Examinar a expansão de matrículas na educação superior, seus objetivos e mecanismos, suporte e práticas pedagógicas, tendo como contraponto a ordem democrática, o papel social e econômico que pretende desempenhar nas políticas de inclusão e participação social.

4.2 Objetivos Específicos

4.2.1 Avaliar o processo de inserção e inclusão social dos estudantes com financiamento do Programa ProUni e verificar se este gera resultados democráticos e emancipatórios, em seus aspectos sociais, econômicos e culturais, tal como previsto na Legislação;

4.2.2 Analisar o papel do Estado e das instituições privadas, no desenvolvimento da política de democratização do acesso à Educação Superior e sua relação com a inclusão social, econômica e cultural do estudante;

4.2.3 Investigar os processos de produção de sentidos atribuídos à Educação Superior, por professores e estudantes do ProUni em suas relações com a cultura, com as práticas dos agentes educativos e sua participação na construção de identidade e de enfrentamento das desigualdades sociais;

4.2.4 Estudar as tendências das práticas educativas da Educação Superior contemporânea, em sua relação com a emergência de novos valores, sentidos sociais e modelos de comportamento na sociedade globalizada;

4.2.5 Identificar a concepção de inclusão social assumida pelo Programa e pelas instituições de ensino superior que o executam;

4.2.6 Identificar, nas instituições participantes do Programa, a situação de demanda e aceitação dos cursos, a incidência e motivos de evasão escolar e a incidência de transferência de alunos para outros cursos e ou instituições;

4.2.7 Identificar o comportamento de entrada dos alunos no que concerne aos conteúdos mínimos em português, matemática e informática;

4.2.8 Confrontar o comportamento de entrada dos estudantes com o desenvolvimento alcançado no que diz respeito aos conteúdos mínimos em português, matemática e informática e criar parâmetros para verificar a qualidade do ensino oferecido;

4.2.9 Analisar o nível de empregabilidade dos estudantes beneficiados pelo Programa;

4.2.10 Produzir subsídios e publicações para o debate sobre o Programa Universidade para Todos e suas possibilidades de inclusão social.

5. Metodologia

5.1 Participantes

Os estudos e investigações serão realizados no Distrito Federal, em instituições privadas de ensino superior, com a participação professores e de estudante bolsistas e não bolsistas do ProUni das diferentes modalidades de cursos oferecidas, recém ingressados e em fase de conclusão do curso e da comunidade não acadêmica.

5.2 Instrumentos e Procedimentos

O Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Inclusão Social e Práticas Educativas realizará reuniões quinzenais, com 4 horas de duração, para estudos, revisão da literatura e levantamentos bibliográficos acerca das produções técnico-científicas recentes sobre inclusão social e práticas educativas, principalmente no que tange ao Programa ProUni, tematização, do ponto de vista teórico, dos limites e possibilidades de tal política de educação e inserção social. Serão gerados, a partir do debate, novos objetos de estudo a serem investigados e cada um terá um delineamento teórico, epistemológico e metodológico correspondente. Pretende empreender um diagnóstico do comportamento de entrada dos recém ingressados

no ensino superior no que diz respeito a Língua Portuguesa, Matemática e Informática e verificar o potencial de transformação que ações pontuais de intervenção, na forma de oficinas personalizadas, poderão ter sobre o desenvolvimento acadêmico e sobre as competências do estudante nas disciplinas focalizadas.

Estão sendo elaborados, junto a alunos de iniciação científica, projetos cujos temas são: Alfabetização digital e inclusão social; Alfabetização digital e desenvolvimento acadêmico na Educação Superior; Matriz de produção de texto: mapeamento, registro e análise das principais dificuldades e potencialidades do estudante em leitura, interpretação e produção de um texto; Dificuldades que o estudante apresenta em matemática básica e relação com os modelos mentais que ele constrói.

Outro foco de atuação será a contribuição do ensino superior, mais especificamente dos alunos do Icesp de Brasília, na promoção da inclusão social de grupos excluídos, principalmente os da terceira idade e de crianças com dificuldade de aprendizagem.

5.3 Aspectos éticos

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais, expressas na Resolução 196/96 e foi criado exclusivamente para as Ciências Biomédicas, mostrando, para tal fim adequada. Todavia, princípios éticos que se adequem às Ciências Humanas e Sociais ainda estão para ser elaborados dada a especificidade teórico, metodológica e epistemológica. De todo modo, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão social e Práticas Educativas se pautará pela RESOLUÇÃO Nº196/96 versão 2012, em fase de finalização, que admite ser a eticidade da pesquisa:

- a) Respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade sob forma de manifestação expressa, livre e esclarecida, de contribuir e permanecer ou não na pesquisa;

<i>Estudo e revisão bibliográfica das práticas educativas e sua relação com a emergência de novos valores, sentidos sociais e modelos de comportamento e análise do nível de empregabilidade dos estudantes beneficiados pelo Programa</i>	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<i>Elaboração de projetos de pesquisa/extensão interinstitucional</i>				x	x	x	x	x	x	x	x
<i>Produção de subsídios sobre o ProUni e suas possibilidades de inclusão social.</i>									x	x	x
<i>Publicação dos resultados</i>										x	x

**** Atividades referentes ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa e extensão: Alfabetização Digital e Inclusão Social; Alfabetização Digital e desenvolvimento acadêmico na Educação Superior; Matriz de Produção de Texto: Mapeamento e registro e análise das principais dificuldades e potencialidades do estudante em leitura, interpretação; dificuldades em matemática básica e sua relação com modelos mentais.**

7. Referências

ANDRADE, Cibele Yahn. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. Revista do ensino Superior, UNICAMP, 2010. Disponível em:

<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social> Acesso em 02/04/2013.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI – regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 14 jan. 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 02 abril.2013.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução Nº196/96 versão 2012. http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/3_out_ver_sao_final_196_ENCEP2012.pdf. Acesso: 23 abr. 2013.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; TAPAJOS, Luziele Maria de Souza ; RODRIGUES, Monica (Orgs). Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão; Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.

GRYNSPAN, Rebeca. Desenvolvimento, crescimento e Superação da pobreza: desafios Impostos pela crise internacional. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro Coelho; Luziele Maria de Souza Tapajós; Monica Rodrigues. (Orgs). Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão; Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.

HIRSCH, Fred. Limites Sociais do Crescimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

MACHINEA, J. L. *Oportunidades y desafíos a partir de la crisis: una mirada desde América Latina*. Madrid: Fundación Carolina, 2009.

NERI, Marcelo Cortes.(Coord.)A nova Classe média. FGV-IBRES, CPS, Rio de Janeiro, 2009

OLIVEIRA, J. F. et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. DINÂMICA SOCIAL, QUALIDADE AMBIENTAL E ESPAÇOS INTRA-URBANOS EM SÃO PAULO: UMA ANÁLISE SÓCIO ESPACIAL. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/proposta.pdf>. Acesso: 02/04/2013.

ROMANO, Paulo Afonso. Meio ambiente e inclusão social: a contribuição da integração Lavoura/pecuária com plantio direto na região dos cerrados. 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Março, 2005. Disponível em: <http://cncti3.cgee.org.br/Documentos/Seminariosartigos/Inclusaosocial/DrPaulo%20Romano.pdf>. Paulo Afonso Romano. Acesso em: 01/04/2013.

SCHWARTZMAN, Simon. Universities and the Transformation of Society in Brazil. Paper prepared for the research project on "The Role of Universities in the Transformation of Societies", The Centre for Higher Education Research and Information (CHERI) of the UK Open University and the Association of Commonwealth Universities (ACU). October 2003.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.). Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1996.

TAVARES JÚNIOR, Fernando. Limites sociais das políticas de Educação: Equidade, mobilidade E estratificação social. Inter-Ação, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 539-557, jul./dez. 2011